

Ata n.º 10/2019

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 23 de outubro de 2019, pelas 15:10, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Evocação do Professor Diogo Freitas do Amaral.**
- 2. Ata da sessão anterior.**
- 3. Regulamento da Avaliação de Desempenho.**
- 4. Pessoal.**
- 5. Distribuição do Serviço Docente.**
- 6. Mestrados, Doutoramentos e Pós-Doutoramentos.**
- 7. Cooperação Jurídica.**
- 8. Relações Internacionais.**
- 9. Outros assuntos e informações.**

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Luís de Lima Pinheiro, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Januário da Costa Gomes, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Ana Maria Guerra Martins, Ana Paula Dourado, Margarida Salema e Helena Morão. O Professor Menezes Cordeiro foi substituído pelo Professor Pedro Albuquerque. O Professor Eduardo Paz Ferreira pelo Professor Renato Gonçalves. O Professor Pedro Caridade de Freitas pelo Professor Rui Soares Pereira. O Senhor Diretor esteve presente na reunião, bem como o Professor Paulo Sousa Mendes, enquanto Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados, ambos a pedido do Presidente do Conselho Científico.

Para participarem na parte inicial do Conselho dedicada à evocação do Professor Diogo Freitas do Amaral, estiveram ainda presentes os Professores Jubilados, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República de Portugal, Pedro

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Soares Martinez, Paulo de Pitta e Cunha, Martim de Albuquerque, Jorge Miranda e José Sêrvulo Correia e o Presidente da Associação Académica da Faculdade, Filipe Gomes.

1. Evocação do Professor Diogo Freitas do Amaral.

O Presidente do Conselho Científico, com a anuência do Presidente da República, abriu a sessão evocativa agradecendo a presença de todos os que compareceram para honrar a memória do Professor Diogo Freitas do Amaral, informando em seguida que os Professores Fausto de Quadros e Jorge Duarte Pinheiro, impossibilitados de estar na sessão por circunstâncias pessoais, se haviam associado através do envio de mensagens, as quais seriam lidas no momento oportuno. Seguiram-se intervenções de todos os Professores Jubilados presentes, dos Presidentes dos quatro Grupos Científicos da Faculdade, dos Professores Vasco Pereira da Silva e Maria João Estorninho, do Presidente da Associação Académica. Foram depois lidas as mensagens enviadas pelos Professores acima referidos. No final interveio o Professor Marcelo Rebelo de Sousa. Pelas 15:45 foi encerrada a parte do Conselho dedicada ao Professor Diogo Freitas do Amaral.

Foi em seguida feita uma breve interrupção, retomando-se depois a reunião ordinária do Conselho, seguindo-se a respetiva Ordem de Trabalhos.

0. Antes da Ordem de Trabalhos

O Presidente abriu o período Antes da Ordem de Trabalhos felicitando a Professora Ana Maria Guerra Martins por ter sido escolhida para desempenhar funções no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. A Professora Ana Maria Martins agradeceu, realçando a honra que a escolha para si representara ter sido eleita pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para o cargo de juíza portuguesa do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, cargo cujo escrutínio dos candidatos obedece a padrões muito exigentes tanto a nível nacional como internacional. Mais referiu que, sendo Professora da Faculdade e aí realizado todas as suas provas académicas, considera que o seu sucesso também dependeu da qualidade e prestígio do ensino da Faculdade, pelo que a sua honra deve ser extensível à Faculdade. Disse ainda que mesmo depois de assumir as funções, continuará a ser Professora da



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Faculdade e, como tal, estará disponível para exercer todas as atividades inerentes, desde que compatíveis com o exercício do cargo. Os Professores Blanco de Moraes, Vasco Pereira da Silva e a Professora Ana Paula Dourado intervieram em seguida para igualmente a felicitarem, no que foram acompanhados por todos os presentes.

2. Ponto 1 da OT. (Ata da sessão anterior)

O Presidente referiu que tinham sido recebidas observações ao projeto de Ata previamente distribuído, da parte da Senhora Professora Helena Morão e do Senhor Professor Lima Pinheiro, as quais haviam sido introduzidas. Leu em seguida a parte da ata em causa, perguntando se a podia considerar aprovada. A ata foi aprovada por unanimidade.

3. Ponto 3 da OT. (Regulamento da Avaliação de Desempenho)

O Presidente referiu que, por lapso, tinham sido remetidas aos Conselheiros observações ao projeto de Regulamento de Avaliação e Desempenho já debatidas e votadas no Conselho de 08 de maio de 2019 e em seguida incorporadas na versão colocada em audiência prévia. Pedia por isso que as desconsiderassem. Não tendo havido observações na fase de audiência prévia, pediu ao Conselho que se pronunciasse sobre a aprovação do Projeto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Na sequência disse que seria em seguida enviado para publicação no Diário da República e colocado no site da Faculdade, entrando em vigor nos termos legais.

4. Ponto 2 da OT. (Pessoal)

3.1. O Conselho tomou conhecimento do Relatório relativo ao período de licença sabática elaborado pelo Prof. Jorge Duarte Pinheiro e da informação de que o mesmo Professor havia, entretanto, realizado, com sucesso, provas de Agregação na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

3.2. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções da Professora Susana Videira com a Universidade Lusíada, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.3. O Conselho deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções da Professora Margarida Salema com a Universidade Lusíada, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.4. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções do Professor Nuno Cunha Rodrigues com a Universidade Europeia, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.5. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções do Professor Vasco Pereira da Silva com a Universidade Católica, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.6. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções da Professora Maria João Estorninho com a Universidade Católica, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.7. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções da Professora Maria Fernanda Palma com o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.8. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções do assistente convidado David Carvalho Martins com a Universidade Lusíada, desde que sem prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.9. O Presidente referiu-se à necessidade de o Conselho se pronunciar sobre a renovação do contrato da Mestra Sónia Reis, do Grupo de Ciências Jurídicas, como assistente convidada em regime de 50%. A Professora Maria Fernanda Palma referiu que a docente tem trabalhado na área do Direito Penal com elevada qualidade, estando com serviço distribuído para o presente ano letivo, pelo que considerava de todo o interesse a renovação de contrato como assistente convidada nos termos referidos. O Conselho deu parecer favorável.

5. Ponto 5 da OT. (Distribuição de Serviço Docente)

5.1. O Conselho aprovou a distribuição do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Doc. n.º 1), bem como os ajustamentos introduzidos na distribuição do Grupo de Ciências Jurídicas (Doc. n.º 2).

5.2. A Professora Rosário Palma Ramalho referiu que na cadeira de Teoria Geral do Direito Civil existia um número de alunos superior a 30 alunos por

subturma, excedendo, portanto, o que se encontra previsto no Regulamento de Avaliação. Disse ainda que nas turmas de Mestrado por si lecionadas, o número de alunos atingia os 32, o que considerava também claramente excessivo, por se estar perante uma formação pós-graduada na qual o contacto entre o Professor e os alunos deve ocorrer de modo personalizado. O Professor Vasco Pereira da Silva acompanhou a Professora Rosário Palma Ramalho, referindo que se deparava também com idêntica situação na cadeira de Direito Administrativo I, no 2.º ano da Licenciatura. O Diretor referiu que se procurou respeitar o número limite de 30 alunos, mas a circunstância de ser possível a inscrição em regime de avaliação contínua por parte dos repetentes cria por vezes dificuldades, por, a despeito de ser dada alguma folga na previsão do número de turmas, só se saber o número efetivo de inscritos em Avaliação Contínua nas diversas disciplinas no final do prazo para a respetiva inscrição, já depois do início das aulas teóricas. No caso do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas a existência de um número significativo de cadeiras optativas acentua as dificuldades acima referidas.

5.3.O Professor Blanco de Moraes referiu que quando é efetuada a seleção dos candidatos a assistentes convidados se toma por base a distribuição por turmas do ano anterior. Ocorrências como as anteriormente descritas confrontam depois os Grupos com dificuldades acrescidas na organização do serviço docente, pois o número de candidatos admitidos nem sempre se ajusta aos número de horários efetivamente necessários. Sugeria, por isso, que no próximo ano letivo a matéria fosse coordenada com a Divisão Académica no sentido de minimizar as dificuldades. A Professora Helena Morão referiu que a turma da noite do 3.º ano tem, no presente ano letivo, menos alunos do que é habitual. Nesse sentido, se as atuais 6 subturmas de Direito Penal forem reduzidas para 4 no próximo semestre (com cerca de 30 alunos cada), tal permitiria que um dos assistentes com 2 subturmas à noite pudesse passar para a turma de dia e lecionar 3 subturmas. Referiu ainda que calculava que idêntica situação ocorra nas demais unidades curriculares obrigatórias da turma da noite do 3.º ano e que estas disciplinas também pudessem beneficiar desta medida. A Professora Ana Guerra Martins referiu que o número de subturmas ao ser previsto tendo em conta o número de alunos que frequentaram a cadeira no ano anterior, nem sempre se ajusta depois ajusta à realidade, surgindo,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

então, dificuldades quer no numero de alunos que no numero de assistentes convidados contratados. Sugeria, por isso, que a situação fosse reequacionada, pensando-se numa solução que evitasse ou minimizasse tal inconveniente. O Presidente referiu a antecipação do período de inscrições por parte dos alunos seria um eventual contributo.

6. Ponto 6 da OT. (Mestrados, Doutoramentos e Pós-doutoramentos)

6.1. Mestrados

6.1.1. Foram aprovados os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica do Grupo de Ciências Jurídicas (Doc. n.º 3).

6.1.2. Foram aprovados os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica do Grupo de Ciências Jurídicas - Direito Penal (Doc. n.º 4).

6.1.3. Foram aprovados os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica de ciências Jurídico-Forenses (Doc. n.º 5).

6.1.4. Foram aprovados os júris de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica do Grupo de Ciências Jurídicas (Direito Penal) (Doc. n.º 6).

6.1.5. Foram aprovados os júris Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e em Direito e Prática Jurídica do Grupo de Económicas (Doc. n.º 7).

6.1.6. Foram aprovadas as alterações aos júris de Mestrado na área de direito penal, em que era orientador o Professor Augusto Silva Dias (Doc. n.º 8).

6.1.7. Foram aprovados os pedidos extemporâneos de candidaturas à 2.ª fase do mestrado (Doc. n.º 9).

6.1.8. Foram aprovadas as candidaturas à 2.ª fase do mestrado em direito e prática jurídica (Doc. n.º 10).

6.2. Doutoramentos

6.2.1. Foram aprovadas as constituições dos júris de Doutoramento do Grupo de Ciências Políticas, respeitantes a Heloísa Oliveira, Sammy Barbosa Lopes, Matheus Passos da Silva, Ricardo Duarte e Rodrigo Moisés (Docs. n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15).

6.2.2. Foi aprovada a constituição do júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais de Mónica Barroso Costa (Doc. n.º 16).



Handwritten signature and initials
N.B.S.

6.2.3. Foi aprovada a constituição do júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas de Anna Carolina Pinho dos Anjos (Doc. n.º 17).

6.2.4. No que respeita às doutorandas Patrícia Correia Rodrigues e Mónica Barroso Costa, o Presidente chamou a atenção para o facto de em ambos os casos o orientador ser o Professor Augusto Silva Dias, havendo por isso necessidade de designar outro docente para tal função. As duas situações não eram, todavia, totalmente iguais. No caso de Mónica Costa a doutoranda não tinha ainda júri constituído pelo que da respetiva composição integrava já o novo orientador. Quanto a Patrícia Rodrigues, já tinha júri constituído e data marcada para a discussão. Neste sentido, de forma a evitar ter de se constituir novo júri, dando sem efeito a data das provas, propunha-se que a Professora Inês Ferreira Leite, ela própria já membro do júri, ficasse como orientadora, tanto mais que havia manifestado disponibilidade e que a candidata igualmente estava de acordo. O Professor Januário Costa Gomes interveio em seguida para manifestar concordância com a proposta, tendo o Professor Lima Pinheiro perguntado se a solução respeitava o disposto no Regulamento da Universidade de Lisboa. A este respeito o Presidente referiu que da conjugação do Regulamento da Escola com o da Universidade se podia concluir que tinha enquadramento acrescentando que a solução não suscitara objeções da parte da Reitoria. Os júris já com os novos orientadores foram aprovados em seguida (Docs. n.ºs 18 e 19).

6.2.5. Foram debatidas as admissões à preparação da tese de doutoramento com dispensa da parte escolar requeridas pelos Mestres João Marcos Fantinato e Diogo Tapada dos Santos. No que respeita ao primeiro, o Presidente, na qualidade de orientador, referiu que se tratava de um candidato com conhecimentos consistentes e profundos na matéria em que se propunha trabalhar, facto que conhecia pessoalmente por o ter acompanhado no Mestrado. O Conselho aprovou a admissão com dispensa da parte escolar do Mestre João Fantinato (Doc. n.º 20). No que respeita ao segundo, o Professor Januário da Costa Gomes, depois de realçar o carácter excecional da dispensa do curso de doutoramento bem como o facto de não estar a colocar em causa as qualidades e a competência do candidato, manifestou dúvidas sobre se o mesmo candidato satisfazia todos os requisitos cumulativamente exigidos no n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento, tanto mais que não foi apresentada



9
ULB07

em tempo ao Conselho a documentação de suporte, designadamente a referida nas alíneas c) a e) do mesmo artigo 73.º/3. Referindo-se, depois, especificamente, à alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento, o Professor Januário da Costa Gomes manifestou dúvidas, justificativas do seu voto, sobre se o candidato – que, segundo informação do Sr. Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes, fez a licenciatura na Universidade Católica portuguesa e o mestrado (ou equivalente) numa universidade estrangeira – satisfazia o requisito de demonstrar “um adequado conhecimento desta Faculdade e do seu ambiente académico, o que deve ser confirmado pelo professor orientador na sua declaração de aceitação. O Professor Teixeira de Sousa realçou que tem verificado a importância das aulas de Doutoramento para certos alunos, nomeadamente aqueles que não obtiveram Licenciatura ou Mestrado na Faculdade. A admissão do candidato Diogo Tapada dos Santos com dispensa da parte escolar foi em seguida colocada à votação, sendo aprovada com 14 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções (Doc. n.º 21).

6.2.6. Foram aprovadas as prorrogações do prazo para realização da tese de doutoramento, de José Luís Dias Calhau Esquível Pereira, Elayne Cantuária, José Alencar Filho, Helena Neves, Bruna Paula, Nuno Miguel Gonçalves da Cruz, Cláudia Sofia Alves Trindade e Alexandre Teixeira Neto Guerreiro (Doc. n.º 22) Relativamente às situações em que não consta a concordância do Professor Orientador, foram comunicados ao Conselho o teor dos respetivos pareceres de conteúdo positivo, que serão oportunamente entregues.

6.2.7. O Presidente pediu em seguida ao Professor Paulo Sousa Mendes, Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados (CEPG) que fizesse o ponto da situação em matéria de estudos pós-graduados. Sobre o assunto o Professor Sousa Mendes referiu que em matéria de Mestrado, os júris aprovados em Conselho não esgotavam o número de provas para as quais era necessário constituir júri, pedindo aos respetivos Presidentes que mantivessem este ponto muito presente na respetiva agenda, constituindo-os o mais rapidamente possível. No que referia aos júris de Doutoramento, referiu que se encontravam a aguardar proposta de júri 68 dissertações, estando agendadas 12 discussões até dia 12 de março de 2020. Informou ainda que nas dissertações em que era orientador o Professor Augusto Silva Dias, para evitar a recomposição do júri com a inerente morosidade, diversos

professores do Grupo de Jurídicas tinham assumido a Presidência dos júris.

6.2.8.O Professor Blanco de Moraes interveio em sêguida para realçar a necessidade de a Escola ponderar urgentemente a fixação de um *numerus clausus* para acesso ao Doutoramento, pois o elevado numero de candidaturas está a tornar a situação extremamente difícil de gerir podendo tornar-se insustentável, designadamente nas áreas onde a procura se tem tendido a concentrar maioritariamente, como é o caso da Jurídico-Política. O Professor Teixeira de Sousa referiu que a necessidade de incluir nos júris membros oriundos de outras escolas estava a deparar com algumas dificuldades, pois o elevado número de Doutoramentos implicava que os mesmos docentes externos fossem repetidamente solicitados. Também este aspeto deveria ser tido em conta quando a situação fosse objeto de reflexão aprofundada. Sobre o assunto, o Presidente referiu que a eventual redução do número de elementos nos júris para o mínimo poderia ser igualmente tida em conta, tal como maior recurso a Professores Auxiliares para a respetiva composição. O Professor Sousa Mendes manifestou-se igualmente no sentido de ser fixado *numerus clausus* por área, chamando, porém, a atenção para o fato de a sua eventual introdução demorar a produzir efeitos, pois não afetaria os doutoramentos em curso. Nessa medida reforçava a necessidade de os Grupos manterem apertada e constante atenção ao assunto, quer em termos de composição de júris quer de marcação de provas.

7. Ponto 7 da OT. (Cooperação Jurídica)

O Professor Dário Moura Vicente, na qualidade de Presidente do Instituto da Cooperação Jurídica, deu conhecimento ao Conselho das iniciativas realizadas, em curso e previstas no âmbito do Instituto, bem como da apresentação do Programa das Atividades da Cooperação, previamente distribuído, pedindo a respetiva aprovação. Foram, as seguintes:

7.1. Realização das provas de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis e Ciências Jurídico-Políticas, na Universidade 11 de Novembro, em Angola, nas quais haviam intervindo como orientadores e arguentes vários docentes da Faculdade (Doc. n.º 23).

7.2. Realização do Curso de Pós-graduação sobre Direitos Humanos e Direitos da Sociedade da Informação na Índia e na Europa, no Kare College of Law,



Handwritten signature in blue ink, possibly 'MAM'.

em Goa (Doc. n.º 24).

7.3. Realização do XIII Curso de Pós-Graduação “Diploma em Direito Civil”, a ter lugar em 2020, em Goa (Doc. n.º 25).

7.4. Programa das Atividades de Cooperação previstas para os anos de 2019-2020, do qual constam iniciativas do Instituto numa significativa variedade de cursos, em cerca de 8 países e, bem assim, dados estatísticos finais (Doc. n.º 26).

O Conselho tomou conhecimento das realizações e aprovou os projetos apresentados bem como o Programa de Atividades. O Presidente felicitou o Professor Dário Moura Vicente pelo trabalho realizado e a realizar, no que foi acompanhado pelo Conselho.

8. Ponto 8 da OT. (Relações Internacionais)

O Professor Vasco Pereira da Silva deu conta ao Conselho da receção de um convite da SEALS, Associação das Faculdades de Direito do Sul e do Leste dos EUA, para representar a FDUL na próxima reunião anual desta associação, a decorrer em Fort Lauderdale. O convite foi extensivo ao Grupo ELPIS Network (criado pelo Prof. Fenge, da Universidade de Hannover, e atualmente coordenado pelo Prof. Vasco Pereira da Silva) para apresentação dos projetos pedagógicos português e europeu do ensino do Direito. O coordenador português é ainda convidado a proferir uma conferência científica sobre um tema à sua escolha. Na sequência deste convite, tanto a FDUL como o grupo ELPIS são convidados a tornarem-se membros associados da entidade em questão (SEALS) e a participar em todas as iniciativas futuras. Mais comunicou, ter recebido também um convite da Faculdade de Direito e Ciência Política de Xangai para fazer uma estadia de ensino (de uma semana a um mês). Este convite, tal como é referido pelo Diretor da referida Faculdade, deverá ser o início de uma relação de intercâmbio e de colaboração científica entre as duas instituições, que se pretende muito frutuoso. O Conselho tomou conhecimento das realizações mencionadas. O Presidente felicitou o Professor Vasco Pereira da Silva pelo trabalho realizado e a realizar, no que foi acompanhado pelo Conselho.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

9. Ponto 9 da OT (Outros assuntos e informações)

Não foram referidos outros assuntos ou informações.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 18:15. A próxima reunião ficou agendada para o dia 20 de novembro de 2019.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor J. Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico

Professora Doutora Míriam Afonso Brigas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
ANO LETIVO 2019/2020**

**1.º CICLO
LICENCIATURA**

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

103-Economia I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
	André Marçalo (4 subturmas) Paula Braz Machado (3 subturmas)
103-Economia I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
	Filipe Fernandes (4 subturmas) Raquel Franco (3 subturmas)
103-Economia I – Dia C - S.1. 8 subturmas – S.1.	
Regente	Rute Saraiva
	Alexandra Marques (3 subturmas) André Mendes Barata (4 subturmas) Paula Braz Machado (1 subturma)
103-Economia I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Patrício
	Tânia Faria (3 subturmas, noite) Diana Andrade (3 subturmas, noite)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Unidades curriculares opcionais

203-Economia II – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
	Sara Rodrigues (2 subturmas)
203-Economia II – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
	André Mendes Barata (2 subturmas)
203-Economia II – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
	Raquel Franco (2 subturmas)
203-Economia II – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Patrício
	Tânia Faria (2 subturmas)

Filosofia do Direito – Dia – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
	Miguel Patrício (1 subturma)
	Nuno Salpico (2 subturmas)

2.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

51-Direito da União Europeia – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
	José Renato Gonçalves (3 subturmas)
	Marco Capitão Ferreira (1 subturmas)
	Miguel Sousa Ferro (2 subturmas)
	Paulo Alves Pardal (1 subturma)
	Daniel Bobos-Radu (2 subturma)

210-Finanças Públicas – Dia B – 8 subturmas – S.1.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
	Guilherme Oliveira Martins (2 subturmas)
	Alexandra Pessanha (3 subturmas)
	Patrícia Ponte Bastos (3 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

210-Finanças Públicas – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
	Guilherme de Oliveira Martins (3 subturmas) Alexandra Pessanha (3 subturmas) Marco Capitão Ferreira (1 subturma) Alexandra Marques (2 subturmas)
210-Finanças Públicas –Noite– 5 subturmas – S.2.	
Regente	Marco Capitão Ferreira
	André Marçalo (2 subturmas) Patrícia Ponte Bastos (3 subturmas)

3.º ano

Unidades curriculares opcionais

116-Direito da Economia – Dia A– 1 subturma – S.1.	
Regente	Luís Morais
	Leonor Nunes (2 subturma)

116-Direito da Economia – Dia B– 2 subturma – S.1.	
Regente	Paulo Alves Pardal
	Paulo Alves Pardal (1 subturma) Leonor Nunes (1 subturma)

116-Direito da Economia – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
	Sara Rodrigues (1 subturma)

116-Economia Internacional – Dia A – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Nuno Salpico (4 subturmas)

116-Economia Internacional – Dia B – 1 subturma – S.1. (inglês)	
Regente	Miguel Sousa Ferro
	Miguel Sousa Ferro (1 subturma)

116-Economia Internacional – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Carlos Lobo
	Sara Rodrigues (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

256-Direito dos Mercados Financeiros – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Morais
	Sónia Martins Fernandes (1 subturma) Sérgio Alves (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros – Dia B – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Rute Saraiva
	Diana Andrade (2 subturmas) Sónia Martins Fernandes (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Alves Pardal
	Paulo Alves Pardal (1 subturma) Diana Andrade (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico – Dia A – 2 subturma – S.2.	
Regente	José Renato Gonçalves
	Sérgio Alves (2 subturmas)

134-Direito Internacional Económico – Dia B – 1 subturma – S.2. (inglês)	
Regente	Miguel Moura e Silva
	Daniel Bobos-Radu (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Pedro Infante Mota (1 subturma)

4.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

115-Direito Fiscal – Dia – 12 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
	Paula Rosado Pereira (3 subturmas) Sónia Reis Fernandes (4 subturmas) Sérgio Alves (3 subturmas) Nuno Garcia (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

115-Direito Fiscal – Noite –4 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Rosado Pereira
	Paulo Marques (2 subturmas) Nuno Garcia (2 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

260- União Económica e Monetária – TA –4 subturmas – S.1.	
Regente	José Renato Gonçalves
	Nazaré Costa Cabral (ing)
	Paulo Marques (3 subturmas) Daniel Bobos-Radu (1 subturmas)

260- União Económica e Monetária – Noite –1 subturma – S.1.	
Regente	Paulo Alves Pardal
	Paulo Alves Pardal (1 subturma)

264- Direito Fiscal Internacional – TA – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Ana Paula Dourado
	Gustavo Courinha (2 subturmas)

260- Direito Fiscal Internacional – TAN – 1 subturma – S.2.	
Regente	Ana Paula Dourado
	Alexandra Marques (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2019/2020

Direito da União Europeia - S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
	Daniel Bobos-Radu (1 subturma)

Introdução à Economia – S. 2	
Regente	Miguel Sousa Ferro
	Raquel Franco (1 subturma)

Economia Internacional – S.1	
Regente	Pedro Infante Mota
	Pedro Infante Mota (1 subturma)

União Económica e Monetária – S.2	
Regente	Paulo Alves Pardal
	Leonor Nunes (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano/ 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Guilherme W d'Oliveira Martins
Contratação Pública e Concorrência	Nuno Cunha Rodrigues
Contratação Pública e Concorrência (inglês)	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves)	
Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva)	
Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Ferreira)	
Regulação Financeira (Rute Saraiva)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano/ 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Rute Saraiva
Finanças Locais e Regionais	Nuno Cunha Rodrigues / Guilherme W d'Oliveira Martins
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo)	
Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais)	
Regulação das Indústrias de Rede (Carlos Lobo)	
Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) **	
Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano/ 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Paula Rosado Pereira
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Paula Rosado Pereira
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W d'Oliveira Martins) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Costa Ferreira) Regulação Financeira (Rute Saraiva) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano/ 2º semestre	
Tributação das Empresas (1 turma)	Gustavo Courinha
Tributação das Empresas (1 turma)	Carlos Lobo
Tributação das Empresas (1 turma - inglês)	Carlos Lobo
Integração Fiscal Negativa na EU	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Paula Rosado Pereira
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Nuno Cunha Rodrigues / Guilherme W. d'Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano/ 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Moura e Silva
Introdução ao Direito da Concorrência (inglês)	Miguel Sousa Ferro
Teoria Geral da Regulação Económica	Marco Capitão Ferreira
Regulação Financeira	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W d'Oliveira Martins) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano/ 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Carlos Lobo
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Rute Saraiva) Finanças Locais e Regionais (Nuno Cunha Rodrigues/Guilherme W d'Oliveira Martins) Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) ** Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Regulação e concorrência no sector da energia (Curso de mestrado de ciências jurídico-políticas) – Miguel Sousa Ferro

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.2) / Paula Vaz Freire (S.1 e S.2)

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Pedro Soares Martinez

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Europeu – Carlos Lobo

Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S.1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo (S.1 e S.2) / Paula Vaz Freire (S.1 e S.2)

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Pedro Soares Martinez

Direito da Regulação – Luis Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Europeu – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves (S.1) / Nuno Cunha Rodrigues (S.2)



Alterações aprovadas na sessão do Conselho Científico de 23.10.2019

Distribuição de Serviço do Grupo de Ciências Jurídicas

Licenciatura

1. Dra. Joana Costa Lopes: mais 1 subturma de Direito Processual Civil I (TB) e mais 1 subturma de Teoria Geral do Direito Civil I (TAN);
2. Dr. Diogo Tapada dos Santos: mais 2 subturmas de Direito Comercial I (TB);
3. Dra. Iolanda Bastos: mais 1 subturma de Direito Processual Civil I (TB);
4. Dra. Dina Teixeira: mais 2 subturmas de Direitos Reais (TB);
5. Dra. Filipa Lira: mais 3 subturmas de Direito da Família (TB).
6. Dra. Daniela Sousa: mais 1 subturma de Direito das Obrigações I (TB);
7. Dr. Dinis Brás Teixeira: mais 1 subturma de Introdução ao Estudo do Direito I (TAN) e deixa de figurar em IED I (TB).
8. Doutor Pedro Marchante: fica com 5 subturmas de IED I (TB), em vez das três inicialmente atribuídas;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

9. Dr. Nuno Igrejas fica com duas subturmas de Direito Penal I (TB);
10. Dra. Inês Sítima: menos uma subturma de Obrigações I na TA e mais uma subturma de Obrigações I na TB;
11. Dra. Maria Leonor Ruivo: mais 1 subturma de Direito do Trabalho (TA).
12. Dr. Pedro Afonso Martinez: mais uma subturma de Teoria Geral do Direito Civil I (TC).
13. Dr. Pedro Callapez: Mais uma subturma de Direito Processual Civil I (TAN).
14. O Dr. Guilherme Neves Lima deixa de consta da distribuição de serviço docente.
15. Sérgio Fagundes Conceição: terá de figurar na DSD de políticas, com uma subturma de Administrativo I.

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Direito portuário e aeroportuário não irá funcionar. Em consequência disso, a Doutora Catarina Salgado fica com 1 turma de Metodologia de Investigação Científica no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica.
2. Não abre a UC Direito dos transportes terrestres I.
3. Não abre a uc Direito marítimo II.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. Direito processual do trabalho I (TA) não abriu. Em contrapartida, a Doutora Isabel Vieira Borges fica com 1 turma de Metodologia de Investigação Científica no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica.
5. Direito processual penal II: a TA ficou com regência apenas do Prof. Paulo Sousa Mendes e abriu uma segunda turma à noite, do Rui Soares Pereira.
6. Não abre a UC Direito dos valores mobiliários II (TA).
7. Não abre a UC Direito probatório TAN.
8. Registos e Notariado passa a ser regida pelo Prof. Bonifácio Ramos.

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE EM DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Karine Coelho Gonçalves n.º 59215 15/05/2019	“A executividade dos 'smart contracts' nas relações comerciais internacionais.”	Prof(a). Doutor(a) Diogo Pereira Duarte	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (Arg.) Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte.

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO FORENSES

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Patrícia Salgado Pereira n.º57939 25/05/2019	“Adoção Internacional”	Prof.ª Doutora Maria Margarida da Silva Pereira	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof. Doutor Daniel Morais (Arg.)

Regina Nayessu Marcelino Dala n.º 57962 23/05/2019	“Aquisição Tabular. Efeito atributivo no artigo 5.º do código do registo predial.”	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos	Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor J. L. Bonifácio Ramos Prof. Doutor Rui Ataíde (Arg.)
Carine de Jesus Moreira n.º 59367 23/05/2019	“Maternidade de substituição”	Prof.ª Doutora Maria Margarida da Silva Pereira	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira Prof.a Doutora Sofia Casimiro (Arg.)
Andréia Alexandra dos Santos Baião n.º 49676 17/05/2019	“A admissibilidade do recurso de revista excecional no processo civil português”	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre	Prof. Doutor J. L. Bonifácio Ramos Prof.ª Doutora Isabel Alexandre Prof. Doutor Nuno Pissarra (Arg.)
Ana Margarida Godinho Barradas Ramos Mata n.º 56516 29580 23/05/2019	“Aspectos da Procriação Medicamente Assistida, anonimato do dador e questões conexas”	Prof.ª Doutora Maria Margarida da Silva Pereira	Prof. Doutor J. Duarte Pinheiro (Arg.) Prof.a Doutora Margarida Silva Pereira Prof. Doutor Daniel Morais



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA- ESPECIALIDADE DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paula Maria de Sousa da Costa Coelho e Silva n.º 45978 20124 13/08/2019	“O Crime de Tráfico de Pessoas em Portugal - Algumas reflexões sobre a sua aplicação prática.”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde
Sofia Ferreira Marques de Paiva n.º 49052 23429 04/07/2019	“A colaboração premiada em Portugal: Da Possibilidade à (Des)Necessidade”	Prof(a). Doutor(a) Helena Costa Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Helena Costa Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Soraia Filipa Coelho Batista n.º 47769 22082 02/07/2019	“O estranho caso entre a reincidência e as contraordenações”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutora Helena Costa Morão Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Jorge Alexandre Pinho Pombeiro Soares Albergaria n.º 56533 29577 05/07/2019	“A corrupção no comércio internacional - a tutela jurídica do direito à boa governação dos povos: o artigo 7.º da Lei 20/2008, de 21.04”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito Prof. Doutor Emílio Kafft Kosta
Nuno Alexandre Craveiro Cabral n.º 43955 17942 04/07/2019	“A problemática do concurso de normas no âmbito da Criminalidade Informática – A Falsidade Informática, art.º 3.º da Lei 109/2009 de 15 de Setembro e os arts.º 267.º e 262.º do Código Penal.”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Daniel José Afonso Gomes n.º 40294 14233 05/06/2019	“O Controlo da Ação do Agente Encoberto à Luz do Ordenamento Jurídico Português”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor João Marques Martins



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Rita Alexandre do Rosário n.º 47921 2234 17/06/2019	"A "Imputabilidade diminuída" no Direito Penal Português"	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma	Prof. Doutora Maria Fernanda Palma Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutora Susana Aires de Sousa



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
David Alexandre Ribeirinho Alves n.º 48126 22444 10/07/2019	“O acesso transfronteiriço a prova digital em processo penal”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Ana Soares Pinto Prof. Doutor Rui Soares Pereira



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Henrique Marques Santos Rabaça Ribeiro n.º 49149 23548 14/06/2019	“A Corrupção Desportiva: dos pressupostos juridico-filosóficos à realidade normativa”	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutora Ana Gouveia Martins Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Felismina Solange Gomes n.º 56294 29355 07/06/2019	“A admissibilidade de métodos ocultos de investigação criminal em processo penal: Intromissões nas telecomunicações ou comunicações electrónicas (breve contributo para sua reflexão)”	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor Rui Tavares Lanceiro



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

André Carlos Mendes n.º 56401 29243 07/06/2019	“Fatos Puníveis Praticados Pelo Agente Infiltrado: Soluções dos Ordenamentos Jurídicos Português e Brasileiro”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutor Guilherme Dray Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Raphaela José de Souza n.º 56316 29121 14/06/2019	“Colaboração Premiada”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. Doutora Helena Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor Filipe Arede Nunes



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DOC. 7

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Laura Isabel Oliveira Morais de Sousa Girão n.º 35951 9869 25/07/2019	“O regime da clemência no Direito da Concorrência”	Prof(a). Doutor(a) Miguel Moura e Silva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Orientador) Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (Arguente)

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Inês Filipa Caeiro Saraiva Gaspar n.º 26856 2/08/2019	“Planeamento Fiscal por via do Estabelecimento Estável - BEPS Ação 7”	Prof(a). Doutor(a) Gustavo Lopes Courinha	Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof. Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente) Prof. Doutor Gustavo Lopes Courinha (Orientador)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DIREITO FINANCEIRO E FISCAL

Candidato	Título da Dissertação / do Relatório de Estágio	Prof. Orientador	Júri
Daniela Morgado Tavares n.º 56338 29253 3/07/2019	“Os Poderes de Regulação e Supervisão da European Securities and Markets Authority e o regulador e Supervisor em Portugal (CMVM)”	Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva	Prof. Doutor Luís Morais (Presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Paulo Alves Pardal (Arguente)
Laura Carolina Teixeira Andrade n.º 49072 23455 11/07/2019	“A execução dos fundos estruturais e de investimento europeus e o desenvolvimento sustentável das PME.”	Prof(a). Doutor(a) José Renato Gonçalves	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (Presidente) Prof. Doutor José Renato Gonçalves (Orientador) Prof. Doutor Paulo Alves Pardal (Arguente) Dra. Sofia Alexandra Martins dos Santos (Co-Orientadora na instituição em que se realizou o Estágio)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA – ESPECIALIDADE EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Rodrigo da Cunha Henriques n.º 56143 29348 4/07/2019	“Economia Comportamental e a Importância do Voto”	Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Miguel Patrício (Arguente)

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA – ESPECIALIDADE DE DIREITO E ECONOMIA

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Lília Anuarite Alberto Cardoso n.º 50821 25680 30/07/2019	“O Imposto do Consumo Do Sistema Fiscal Angolano”	Prof(a). Doutor(a) Nazaré Costa Cabral	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (Orientadora) Prof. Doutor José Renato Gonçalves Prof. Doutor Gustavo Courinha (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ESPECIALIDADE DE DIREITO DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Jaime Rafael Espanhol Figueiredo n.º 47879 22192 15/10/2019	“Apresentação de propostas, no mesmo procedimento de contratação pública, por empresas em relação de grupo ou domínio”	Prof(a). Doutor(a) Nuno Cunha Rodrigues	Prof. Doutor José Renato Gonçalves (Presidente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Orientador) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Formulários para Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Presidente do Júri	Júri
Margarida Gil de Almeida Ferreira da Silva n.º 53454 02/09/2019	“Pena Relativamente Indeterminada: Concessão ou Negação da Liberdade Condicional ou Liberdade Para Prova, Considerando os Planos Individuais de Readaptação”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito	Prof. Doutor Maria Fernanda Palma	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma[orientadora] Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite [Arguente]
Ana Margarida Vicente Monteiro n.º 23778 10/01/2019	“Da Relevância Penal do Stealthing no Ordenamento Jurídico Português- Contributo para o Estudo do Bem Jurídico Liberdade Sexual.”	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof. Doutor Helena Morão	Prof.ª Doutora Helena Morão [orientadora] Prof. Doutor Francisco Aguilar [vogal] Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito[arguente]



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Formulários para Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Presidente do Júri	Júri
Dina José Ferreira Marcelino n.º 49344 23/05/2019	“A medida da prova nos crimes culturalmente motivados”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes [arguente] Prof.ª Doutor Rui Soares Pereira Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito[vogal]
Eva da Silva Rodrigues Pinto Dos Reis n.º 23349 10/01/2019	“Apropriação indevida de identidade: enquadramento jurídico-penal”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite [Arguente]



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Formulários para Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Presidente do Júri	Júri
Ana Mafalda Sarmento Lameira n.º 22229 18/02/2019	"A decisão condenatória no processo de contraordenação"	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes[arguente] Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Formulários para Alteração de Júri

MESTRADO PROFISSIONALIZANTE - CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Presidente do Júri	Júri
Nuno José Cândido Dias n.º 25188 25/10/2018	“Terrorismo na Aviação Civil , Prevenção e Reação : da legitimidade do abate de aeronaves civis usadas como arma de destruição maciça”	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes[orientador] Prof.ª Doutora Helena Morão Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito [Arguente]
Joana Margarida Reis Viveiros Silva n.º 12346288 14/01/2019	“O uso da força pelos órgãos de Polícia criminal”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Maria Fernanda Palma	Prof.ª Maria Fernanda Palma Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes[arguente] Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite
Ana Catarina Martins Marques n.º 21403 12/08/2019	“Relevância dos mecanismos de Compliance na determinação da responsabilidade penal da Pessoa Colectiva”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes [Arguente] Prof.ª Doutora Helena Morão Prof.ª Doutora Teresa Maria Quintela de Brito



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Formulários para Alteração de Júri

MESTRADO CIENTÍFICO - CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Presidente do Júri	Júri
Eva Inês Fernandes Lourenço n.º 25080 25/10/218	“Buscas e Inspeções como veículos na Investigação de Práticas Restritivas da Concorrência: Transmissibilidade da prova”	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes[orientador] Prof. Doutor Miguel Moura Silva [Arguente] Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Filipe Soares Pereira [Vogal]
LAM IOK HENG n.º 25422 125/10/218	“O Problema da Leitura (ou reprodução) das declarações processuais do arguido anteriores ao julgamento e o direito ao silêncio - Uma perspectiva à luz dos ordenamentos jurídicos de Macau, da China e de Portugal”	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes [orientador] Prof. Doutor Rui Filipe Soares Pereira [Arguente] Prof. Doutor Francisco Aguilar [Vogal] Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DOC. 9

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 23 de outubro de 2019

Mestrados - Candidaturas à 2.ª fase do mestrado - dissertação - Mestrandos com parte curricular concluída - Pedidos extemporâneos

Data do pedido	Número do(a) Aluno(a)	Nome do(a) Aluno(a)	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Modalidade
21-05-2019	55184	Gerson Phelipe Almeida Dias	2017-2018	O Blockchain no direito internacional Económico e suas Potencialidades	Pedro Miguel Infante Mota	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais	Dissertação

Mestrados - 2.ª fase do mestrado - dissertação - Alteração de Professor(a) Orientador(a)

Data do pedido	Número do(a) Aluno(a)	Nome do(a) Aluno(a)	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título da Dissertação Aprovado	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Aprovado(a)	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Solicitado(a)	Mestrado	Modalidade
05-06-2019	49632	Adriana Rodrigues Tenreira	2017-2018	A devassa das comunicações entre o advogado e o cliente preso	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Notas:

- Os orientadores indicados no documento confirmaram a aceitação da orientação e concordância com o título proposto.
- O candidato do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica concluiu a parte escolar, no ano letivo 2017-2018, com a classificação final de 14 valores.

Versão do documento: 21-10-2019 MN

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

DOC-10

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
60347	Adair Clemente Nicolau	Controlo financeiro externo da Administração Pública Angolana pelo Tribunal de Contas: Fiscalização preventiva, em especial	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
51177	Adolfo Oliveira Rafael	O terceiro lesado no regime obrigatório de responsabilidade civil automóvel	José Miguel de Faria Alves de Brito	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59747	Adriana Rezende Vianna	Acolhimento Familiar	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59783	Aida Gonçalves	Convenção Para Eliminar a Dupla Tributação, Portugal-Angola	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
51151	Alexandra Catarina Silva Carreira	As preocupações sociais na Contratação Pública	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60329	Alexandra Lirnic	O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais: mecanismos de controlo do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59649	Alice Furst Morgado	Os novos Regulamentos Europeus sobre Drones	Hugo André Ramos Alves	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
50685	Alissandra Varela dos Ramos	Um Modelo de Cooperação Bilateral: o caso de Portugal e São Tomé e Príncipe	Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59760	Amadeu Fernando Monjamba	Sobre a legitimidade do Direito Penal na violação da obrigação de alimentos	Francisco Manuel Fonseca Aguilar	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59623	Amanda Almeida Bezerra Leandro	Benefícios e Implicações da Arbitragem Tributária diante do Centro de Arbitragem Administrativa	Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
49376	Ana Carla Melo Valadão	A indemnização de danos não patrimoniais decorrentes de acidentes de viação	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Estágio
59631	Ana Carolina Nogueira Krause	Exercício das Responsabilidades Parentais e o Superior Interesse da Criança no Direito Português	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59664	Ana Clara Alves Gomes	Aquisição Indirecta de Empresas	David Fernandes de Oliveira Festas	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60333	Ana Cláudia Marques	A tutela jurisdicional efetiva no direito fiscal	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
47501	Ana Paula da Conceição de Sousa	Análise jurídica da intervenção ex ante à regulação ex post do insolvente singular	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60319	Ana Raquel da Silva Ferreira	Da valoração dos conhecimentos fortuitos nas escutas telefónicas	Francisco Manuel Fonseca Aguilar	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
47872	Ana Raquel Tavares Francisco	Reincidência	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
50190	Ana Rita Araújo Sancho Gavilan	Quem Guarda o Guardião da Cidade? - O dever de conservação do património imobiliário municipal e os mecanismos coercivos de reabilitação	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60467	Ana Rita Mendes Moreira	Videovigilância e o RGPD: na perspetiva do trabalhador	Francisco Paes Silva Marques	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51307	Ana Sofia de Jesus Janeiro	Colaboração premiada: estudo de uma possível extensão da matéria de clemência para o Direito Penal português	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
60359	Ana Ziquya Glória da Conceição Pereira	Fraude Fiscal: Sujeitos Processuais e o Ilícito Tributário	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
59766	Andercia Policarpo Almeida Sousa	Responsabilidade civil por erro médico no direito angolano	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59220	André de Almeida Carvalho	Blockchain e sua relação com o mundo empresarial	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
50994	Andressa Rocha Neves	A compensação no Código de Processo Civil de 2013	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59738	António D'Abreu Viegas Bexigas	A Diplomacia Económica Portuguesa em Cabo Verde	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Estágio
49237	António Guilherme da Costa Laranjeira Moreira	O FINANCIAMENTO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
60465	Bárbara Alexandra Gonçalves Clérigo	Crédito tributário e obrigações no processo de insolvência	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
51005	Beatriz Ferreira Macaísta Malheiros	A fronteira entre o desespero no homicídio privilegiado e a inimputabilidade em razão de anomalia psíquica	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51172	Beatriz Isabel Lopes Duarte	A qualificação da insolvência e a responsabilidade dos administradores	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60464	Bibiana Russa Lourenço Miguel	Corrupção passiva no ordenamento jurídico angolano: Um contributo para sua compreensão	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59706	Brenda de Souza Costa	A dualidade do Direito de Ingerência e a autodeterminação dos Estados	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59775	Bruno Ribeiro Montebello	Blockchain da Regulação	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
60341	Caliana D'Jandira Teles de Sousa Coelho	O Imposto Sobre o Valor Acrescentado em Angola: estudo prognóstico e comparativo sobre o regime jurídico do imposto angolano	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
59752	Capitão Mendes	Corrupção à luz da ordem jurídica guineense	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
57834	Carlos Diamantino Da Conceição	As garantias dos direitos e liberdades na fase de execução da pena no ordenamento jurídico angolano	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
49705	Carolina Constantino de Oliveira Figueiredo	Limites à Liberdade de Expressão na Era Digital	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
48917	Carolina Prata Paias Mota	A instrução, discussão e julgamento na 2.ª instância	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59756	Caroline Roxane Silva Santos	Descriminalização da Bigamia	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51662	Catarina Filipa Paulino Pedro	Conceito de esbulho violento	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
51008	Cátia Vanessa Morais Guedes	O aproveitamento do ato administrativo: o afastamento do efeito anulatório	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
59620	Christiano Oliveira de Aguiar Santos	Third Party Funding e o dever de revelação	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
48990	Cintia Raquel Costeira Mantinha	O "Ciberbullying" à luz do Direito Penal Comparado	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59241	Cláudia Alexandra Afonso Soares	O papel da Administração Pública na defesa dos Direitos Humanos	João Tiago Valente Almeida da Silveira	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
51152	Cristiano Rafael Alves Marinheiro	A Insolvência Culposa. Efeitos Patrimoniais e Pessoais sobre o Insolvente	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59632	Cristina Magrin Madalena	Os instrumentos jurídicos e os serviços ecossistêmicos: contribuição para a proteção da biodiversidade e do desenvolvimento económico e social	Rui Manuel Tavares Lanceiro	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
59737	Daniel Sousa	Os símbolos religiosos no contexto da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
47590	David José Dos Santos Silva	Responsabilidade Civil por tratamento ilícito de dados pessoais	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59768	Edmir Januário da Silva Jorge	Os rendimento Passivo na Convenção de Dupla Tributação Angola-Portugal, conceito e regimes	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
51325	Ekaterina Sigareva	O conceito do Estabelecimento Estável Real pós-BEPS	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
57946	Elisa Queirós Seidi	Cadáver "Pessoa, Coisa ou Tertium Genus" ?	José Luís Bonifácio Ramos	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59716	Elvira Chetvertnykh	A proteção dos Direitos Humanos na Federação Russa	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
56435	Eugénia Maria de Almeida Neto	O poder disciplinar e a liberdade de expressão do trabalhador	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59757	Fátima Sandra Domingues Garcia	Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
57933	Feliciano Loyde Chunda Sapolonga Chunda Sapolonga	O PROBLEMA DOS INDÍCIOS SUFICIENTES NOS CRIMES DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO. REFLEXÕES CRÍTICAS	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59627	Fernanda Wendramin Orsolin	As Relações de Trabalho do Século XXI e o Papel do Direito Internacional	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
50514	Fernando António Cachopo de Oliveira	ANÁLISE DO CIBERCRIME NO MEIO DESPORTIVO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PENAS	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59652	Fernando Dizero Senise	Extensão subjetiva da convenção arbitral a não-signatário: implied consent	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59765	Geraldino Hermano dos Santos Rodrigues Moreira	Um Contributo para Elaboração de um Quadro Jurídico Institucional e Funcional da Bolsa de Valores na Guiné-Bissau	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59729	Gonçalo Maria de Sousa Vitorino Gago da Câmara	Captura de Dados Informáticos em Processo Penal Sem Conhecimento do Visado	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
60315	Gonçalo Nuno Carvalho Godinho Reis de Oliveira	A Harmonização entre o Direito Internacional do Mar e os Direitos Humanos dos Migrantes: O caso do Mar Mediterrâneo	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação

Candidaturas à 2.^a fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
51324	Helena Manuel Catrola Miranda Pedro	Efeitos da aplicação das medidas de promoção e proteção no exercício das responsabilidades parentais	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59782	Helena Sofia Leonardo dos Anjos Matos	As Plataformas Digitais no Âmbito do Direito da Concorrência	Maria Paula Reis Vaz Freire	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
54819	Ilda Maria Pimenta Côco	A indemnização dos artigos 45.º e 45.º-A do Código de Processo nos Tribunais Administrativos	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
49911	Inês Alexandra da Costa Pina	A Cláusula de Salvaguarda introduzida na Convenção Modelo da OCDE na versão de 2017	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
51732	Inês de Oliveira Pereira	A autoria mediata através do domínio da organização	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51164	Inês do Carmo Duque Montalvo	O conceito de informação privilegiada no Regulamento do Abuso de Mercado	José João Montes Ferreira Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51237	Inês Margarida Bernardes de Miranda Brás	Maus tratos a idosos: uma análise da eficácia do presente regime	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59779	Jairo Lourenço de Almeida	Acesso a medicamento	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59749	Janine de Fátima Belo Rainho Rosa	Economia Circular: uma resposta a finitude dos recursos?	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
49331	Joana Alexandra Giraldes Vieira Luz	Regulação e Criptomoedas	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
17335	Joana Carlos Pateira Firmino Ramos	A Prisão Preventiva e os Jovens Adultos	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51260	Joana Cristina Santos Corado	O despacho de aperfeiçoamento do requerimento de recurso em matéria de facto	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51336	Joana Inês Rodrigues de Sousa Varajão	Violência Doméstica como causa de Indignidade Sucessória	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
60336	Joana Isabel Ribeiro de Oliveira	Responsabilidade jurídico-penal em situações de violação das responsabilidades parentais	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51342	Joanna Casimiro Garcia Nunes	As CFC na economia digital	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
45336	Joao Antonio Pires de Almeida	As criptomoedas no crime de branqueamento de capitais	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
48283	João Gonçalo Almeida Mota	A responsabilidade dos Administradores perante a Sociedade por violação do dever de cuidado	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51064	João Miguel Comenda António	Arbitragem societária: alguns problemas	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51541	João Miguel Lopes Casanova Felgueiras	A responsabilidade médica no contexto do regime da responsabilidade extracontratual de entidades públicas no âmbito do contencioso administrativo - análise doutrinária e jurisprudencial da problemática do nexo de causalidade entre facto e dano pelo Supremo Tribunal Administrativo no ordenamento jurídico português	Claudia Sofia Oliveira Dias Monge	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
38894	João Paulo Mendes Rodrigues	A Cláusula Geral Antiabuso (CGAA) no pós-ATAD (Anti-Tax Avoidance Directive)	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
49800	João Pedro Lobo Espalha	O Princípio do Efeito Relativo dos Tratados - Contributo para o estudo da competência do Tribunal de Justiça da União Europeia	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59758	João Pedro Lopes Moreira	Os Contributos da Economia Comportamental para a Preservação do Meio Ambiente	Miguel Carlos Teixeira Patrício	Direito e Prática Jurídica	Economia e Políticas Públicas	Dissertação
50359	João Rafael Gomes Baptista	Criminalização da Linguagem - A contenda entre as ofensas e os discursos de ódio e a liberdade de expressão	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
60326	João Ricardo de Magalhães Mendonça	Princípio da Boa Administração	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59624	Jodele Braga Kappler	Direitos do Estrangeiros: as questões migratórias e os Direitos Humanos	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Estágio
59746	Jorge Manuel Fernandes Silva	"O regime das modificações objectivas e dos trabalhos complementares na empreitada de obras públicas"	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
33916	Jorge Manuel Pontes Nobre Gregório	O Tratamento de Dados Pessoais nas Relações Laborais	Guilherme Machado Dray	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59701	Julia Monteiro de Barros Lucas	A desconsideração da personalidade jurídica	João José Marques Martins	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
51303	Juliana Coelho Candeias	A problemática da dupla conforme no âmbito do recurso de revista	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Estágio
59617	Juliana Tonini Gomes	Mediação e conciliação enquanto ferramentas adequadas para o tratamento dos conflitos: Brasil x Portugal	Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
59675	Karina Ribeiro Morele	Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual: estudo comparativo dos ordenamentos jurídicos português e brasileiro	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
60472	Katila Danielle Branco Cabral	A contratação pública electrónica em Angola	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Prática Jurídica	Economia e Políticas Públicas	Dissertação
51727	Kilian Georges de Sousa Pinget	A responsabilidade civil do intermediário financeiro perante o cliente	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59622	Laila Patrícia Cruz Silva Ortolan	A relevância das funções do gestor de contratos para efetivação do princípio da eficiência administrativa	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59739	Lais Juliane dos Reis Fonseca Lima	O Crime de Omissão de Auxílio	Francisco Manuel Fonseca Aguilar	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59657	Larissa Leal De Oliveira	O uso da tecnologia "Blockchain" no combate à corrupção nas Licitações Públicas	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60313	Leonarcia Margarida Miguel	Análise do regime Angolano correspondente ao regime português de Intervenção Tutelar Educativo	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
57921	Leonel Lourenço Madeira	O Registo de Voz e de Imagem na Investigação da Corrupção	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
49919	Leonor Ximenes de Mesquita	A Regulação da Tecnologia Financeira: em especial a Operação Bancária Aberta	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
29550	Leydimisa Barbosa Delgado	O depoimento de parte e os poderes instrutórios do juiz nos Códigos de Processo Civil português e cabo-verdiano	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59693	Luis Henrique Neves de Oliveira	A Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo em Danos Psicológicos Causados aos Passageiros	Hugo André Ramos Alves	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
51694	Luis Miguel Gerardo Jacinto	A experiência negativa de execução de contratos públicos anteriores - Âmbito e alcance da "Bad Past Performance" enquanto obstáculo à participação em procedimentos pré-contratuais à luz do Código dos Contratos Públicos	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59698	Luiza Barros Oliveira De Magalhães Castro	Vinculação de terceiros em convenções de arbitragem	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
59665	Luiza Egypto Bartholomei	Cláusulas escalonadas em contratos: o problema do cumprimento das condições precedentes para instauração de tribunal arbitral. O desequilíbrio económico-financeiro das Partes e a dificuldade de acesso à justiça	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
51322	Madalena Barreiros Henriques da Silva	A Proteção da Vítima no Processo Penal: Análise Crítica da Evolução do Estatuto Processual da Vítima	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60325	Madelayne Regina Ceita Sousa Vera Cruz	Responsabilidade (civil) de entidades aeroportuárias por danos causados a utentes da mesma	Hugo André Ramos Alves	Direito e Prática Jurídica	Direito dos Transportes	Dissertação
47486	Mafalda Carolina Beato Magalhães	A importância do regime disciplinar do recluso e as consequências teórico-práticas da aplicação de sanções disciplinares na execução da pena privativa da liberdade	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59386	Mafalda Maria da Cunha Coutinho Vilela Veloso	A Responsabilidade Internacional do Estado por Atos de Entidades que Exercem Elementos de Autoridade Governamental	Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59744	Maíra Guter Sayão Lobato	Abordagem crítica sobre a produção de energia nuclear na França: Da necessidade de investimento em fontes renováveis de energia	Lourenço Bandeira Manoel Vilhena de Freitas	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
51331	Manuela Alexandra Pinto Neves	A supletividade da distribuição dos dividendos e a tutela das minorias	David Fernandes de Oliveira Festas	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
57938	Marco António Loureiro Pereira	A extensão da convenção de arbitragem a terceiros não signatários no âmbito dos grupos de sociedades	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60350	Marcos André Capela Gonçalves	Dever de lançamento de OPA: Critérios de imputação	José João Montes Ferreira Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60330	Margarida Cirne Amador	Crowdfunding - A proteção do consumidor de produtos financeiros	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51660	Margarida dos Santos Malheiro Tomás	O crédito compensatório a ex-cônjuge no contexto das contribuições para os encargos familiares	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
58002	Margarida José Neto Sobrinho Pires	Como punir o progenitor que tem conhecimento dos crimes sexuais contra o seu filho menor e nada o faz para os impedir	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51208	Maria Beatriz Abreu Freitas	Perda de chance e indemnização nas wrongful birth e wrongful life actions	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
49172	Maria Do Rosário Balsas Monteiro Costa	Os Riscos Particulares no Contrato de Transporte, em especial no transporte rodoviário	Manuel Januario Costa Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito dos Transportes	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
59722	Maria Eduarda Nejam Farias Rodrigues Calado	Cláusula Arbitral: Validade e eficácia	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
49577	Maria João Pinto de Carvalho Leitão	Da responsabilidade solidária dos administradores da sociedade em situação de reversão fiscal - Outras soluções no direito comparado?	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
51241	Maria Raquel Catela Nunes Magalhães dos Anjos	As operações de pagamento não autorizadas: o regime de responsabilidade aplicável aos PSIC e aos PSIP e a distribuição de responsabilidades na relação entre os prestadores de serviço de pagamento	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60316	Mariana Martins do Amaral Cardeira	A Prova Obtida por Hacker	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51044	Marlene Filipa Soares Cardeira	Alienação parental: possíveis respostas legislativas	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51087	Marta Isabel Morgado Anes	O Psicopata na Ordem Jurídica Portuguesa - a eficácia da execução de penas na sua ressocialização	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51063	Marta Sofia Ferreiro Gonçalves	O papel do juiz cível na conciliação judicial	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59635	Matheus Biasutti Cupertino de Castro	O Controle de Aquisição de Startups pelas Autoridades da Concorrência	Miguel Jose Pinto Tavares Moura Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
59761	Matilde Soares Sampaio	O regime de permanência na habitação na luta contra os efeitos colaterais da pena	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
57983	Miguel Sérgio da Rocha Alves Soveral Collus	Paraísos Fiscais: as offshores	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
57858	Naiara Nunes Rigamont	Arbitragem Internacional como solução pacífica de conflitos para Estados e Investidores Internacionais	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51335	Nathália Izabela Pereira Bernardes	O Imposto sobre os Serviços Digitais enquanto solução para a tributação da economia digital	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
59659	Nathaly Santos Freitas	A Dimensão Qualitativa da Administração Pública - Governabilidade e Estado Estacionário (Autoimposto)	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59704	Nilton Mendes da Silva	O sistema de controlo de riscos de "lavagem" de capitais em Cabo Verde à luz do direito comparado	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
50902	Nuno Afonso Camacho Rodrigues	O alojamento local e a sua relação com o arrendamento urbano e o regime da propriedade horizontal	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60324	Nuno Jorge Calado Cabaço	O Art.º 19º DA LEI DO CIBERCRIME	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59740	Nuno Miguel Lucas Gonçalves	Casamento Infantil e a Ordem Jurídica Internacional - Estudo dos Instrumentos de Direitos Humanos nos países do Médio Oriente	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59773	Odair Cardoso Teixeira	Das ações possessórias - estudo sobre o artigo 609.º, n.º 3, do CPC	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60471	Patrícia Alexandra Conceição Duarte	A Tensão entre os Deveres de Cooperação e o Princípio Nemo Tenetur Se Ipsum Accusare	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
60312	Patrícia Alexandra Ramos Lourenço Tomé	A Destituição de Administradores e Gerentes por Justa Causa	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59666	Patricia Gurzone	A Proteção de Dados e as Novas Tecnologias	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51320	Patrícia Sofia Ramos de Andrade	Legítima Defesa na Violência Doméstica: o problema da "atualidade"	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
61246	Paula Durães Costa	A transmissão para o município da posição de empregador de empresa municipal extinta	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
59708	Paula Filipa Gonçalves Antunes	Responsabilidade Civil do Advogado pelo Dano da Perda de Chance	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59720	Pedro Alexandre Paranaguá Vital	Juros no crédito ao consumo	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59733	Pedro Gustavo Esteves de Oliveira Hipólito	O Contrato de Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas	Manuel Januario Costa Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito dos Transportes	Dissertação
60344	Pedro Manuel Amaro Martins Vaz	Condições de legalidade dos Regulamentos Independentes no Setor da Água e dos Resíduos	Pedro Brito Veiga Moniz Lopes	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
50373	Pedro Miguel Ribeiro Correia	O uso de águas residuais recicladas: contributo para a perspectiva jurídica de uma política pública	Nuno Ricardo Pereira Branco	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
59238	Petra Solange Da Silva Pinto	Concessões de Prospecção, Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Hidrocarbonetos, na Plataforma Continental Portuguesa - O Procedimento Administrativo	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
51359	Rafael João Barreto Furtado	Os limites da utilização do malware na investigação criminal digital	Francisco Manuel Fonseca Aguilar	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59688	Rafael Soares de Macedo Paes	Digital Service Tax e a realidade brasileira	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
59209	Raphael Bernardo Mello Varela Ayres de Melo	A fraude fiscal enquanto instrumento de lavagem de dinheiro na União Europeia	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
51128	Renato Valentim Figueira Franco	Financiamento societário através de Oferta Inicial de Moeda (Initial Coin Offering)	António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
51268	Rita Pupo Sá da Costa	Atribuição de residência no exercício das responsabilidades parentais e a concretização do superior interesse da criança	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59629	Roberto Rocha Guimarães da Silva Junior	O Regime dos Residentes não Habituais e sua interação com as Convenções de Dupla Tributação	Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
60342	Romulo Sérgio de Carvalho Guerra	A prova da propriedade, uma comparação entre o direito Brasileiro e o direito Português	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59655	Rosana de Queiroz Lima Guerra	Ações possessórias, uma análise comparativa entre o direito Brasileiro e o direito Português	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60343	Rosanda Alice Nunes	A Alienação Parental como forma de Violência Doméstica	Francisco Manuel Fonseca Aguilar	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
59670	Rosimar Oliveira Costa	AS GARANTIAS BANCÁRIAS E EQUIVALENTES NO ÂMBITO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO PARA EFEITOS INDEMNIZATÓRIOS	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação e Estágio
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2018-2019, com classificação final média de 12 valores ou superior
(CC de 23 de outubro 2019)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação ou do Relatório de Estágio	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
59772	Sandra Patrícia Reis Morais	Domínio Público Militar	Ana Gouveia e Freitas Martins	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
51222	Sandrina José Figueira de Sousa	Estatuto Sucessório do Cônjuge Sobrevivo: Algumas Reflexões Críticas	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59731	Sarifa Issufo Abdul Carimo	O problema da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória do Tribunal Internacional de justiça na evolução da justiça internacional	Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
51267	Sebastião Maria Gerales Barba Beja da Costa	Defesa e Justiça	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
51239	Sérgio Duarte Vieira Barrento Charneco	A Ressarcibilidade dos Danos Não Patrimoniais Reflexos	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60327	Sin Man Lee	A Supervisão de moedas virtuais à luz de Nota Interpretativa da Recomendação 15 do GAFI e a Prevenção do Branqueamento dos capitais	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
49312	Solange Silva Ferreira	O Impacto do Terrorismo nas Relações Internacionais e nos Direitos Humanos	Ana Isabel Barceló Caldeira Fouto	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59504	Tacyane Matias Correia	Comércio Eletrónico	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
49951	Tânia Barbosa Varandas	A regulação do Alojamento Local	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
59690	Tarcila Santos Britto Gomes	O direito de acesso à água doce frente à escassez hídrica: instrumentos jurídicos para a mitigação do problema	Rui Manuel Tavares Lanceiro	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
41317	Teresa Maria Cândido Oliveira	A (in)admissibilidade probatória da expert witness no processo penal	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
59613	Thais Torres Lima Araujo	Desconsideração da Personalidade Colectiva no Direito Português	Catarina Luísa Monteiro Pires	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
59677	Vatineida Delgado Monteiro	A Possibilidade de Regionalização em Cabo Verde	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60317	Wai Hong Chan	Do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais: Perspetiva Luso-Chinesa	Tiago Prata Antunes Soares da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
59680	Wai Lon Lei	A relação entre os modelos da descentralização tributária e a receita pública	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
59710	Yasmin De Oliveira Ghader	O papel das start ups na Fintech e o ciclo de financiamento de start up	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Heloísa Duarte Oliveira (Aluno nº 14200) Entrega da tese de doutoramento em 09/05/2019 11h	“O conteúdo do dever do Estado de garantia de reparação do dano público ambiental no direito público do ambiente.”	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Sérvulo Correia Prof. Doutor Dario Moura Vicente Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita Prof. Doutor Pedro Gonçalves Prof. Doutor Maria Alexandra Sousa Aragão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Sammy Barbosa Lopes (Aluno nº 25686) Entrega da tese de doutoramento em 22/05/2019	O Modelo Atual do Federalismo Brasileiro em Relação ao seu Desenho Constitucional	Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro	Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita Prof. Doutor David Duarte Prof. Renato Gonçalves Prof. Doutor Inês Quadros (Un Católica) Prof. Doutor Luis Barroso (Un Católica) ?



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Matheus Passos da Silva (Aluno nº 25746) Entrega da tese de doutoramento em 01/07/2019 12h</p>	<p><i>Cidadania Ativa e Governança sob a Perspectiva do Direito Eleitoral Comparado</i></p>	<p>Prof. Doutor Jorge Miranda</p>	<p>Prof. Doutor Fausto de Quadros Prof. Doutor Margarida Salema Prof. Doutor Carla Gomes Prof. Doutor André de Carvalho Barreira Alves Correia (Un Coimbra) Prof. Doutor Benedita de Menezes (Un Católica do Porto) ?</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Ricardo César Ferreira Duarte Júnior (Aluno nº 25618) Entrega da tese de doutoramento em 01/07/2019 14h</p>	<p><i>A Desestadualização na Busca pela Concretização do Direito Fundamental à Segurança: Uma Análise a partir da Privatização das Tarefas da Administração Pública</i></p>	<p>Prof. Doutor João Miranda</p>	<p>Prof. Doutor Maria João Estorninho Prof. Doutor Miguel Raimundo Prof. Doutor Miguel Moura e Silva Prof. Doutor João Nuno Cruz Matos Calvão da Silva (Coimbra) (indisponível para arguir) Prof. Doutor Vera Eiró (Un Nova)</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Rodrigo Gabriel Moisés (Aluno nº 25686) Entrega da tese de doutoramento em 28/06/2019</p>	<p><i>As Novas Formas de Atuação do Estado e a Utilização das Parcerias Público-Privadas na Efetivação do Direito à Educação</i></p>	<p>Prof. Doutor Maria João Estorninho</p>	<p>Prof. Doutor Maria Luisa Duarte Prof. Doutor Guilherme d'Oliveira Martins Prof. Doutor Luis Pereira Coutinho Prof. Doutor Cristina Queirós (Nova) Prof. Doutor Eduarda Azevedo (Lus)</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Mônica Barroso Costa (Aluno nº 12346035) Entrega da tese de doutoramento em 06/05/2019	“O Malware Como Agente Infiltrado na Criminalidade Organizada”	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes Prof. ^a Doutora Helena Morão Prof. Doutor Henrique Salinas Prof. Doutor André Lamas Leite



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS

Constituição de júri

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
<p>Anna Carolina Pinho dos Anjos (Aluno nº 25617) Entrega da tese de doutoramento em 18/06/2019</p>	<p>Em defesa do Protecionismo na regulação e controle da concorrência</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Infante da Mota</p>	<p>Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira Prof. Doutor Fernando Araújo Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro Prof. Doutor Pedro Infante Mota Prof. Doutor Luís Pedro Cunha (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) Prof. Doutor José Reis (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE PROFESSOR ORIENTADOR

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Professor Orientador anteriormente aprovado	Professor Orientador Proposto	Aceitação
Patrícia Correia Rodrigues (Aluna nº 12346467) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- CRIMINAIS	22.10.2019	Augusto Silva Dias	Inês Ferreira Leite	Sim.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE PROFESSOR ORIENTADOR

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Professor Orientador anteriormente aprovado	Professor Orientador Proposto	Aceitação
Mónica Barroso Costa (ALUNO Nº 12346035) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- CRIMINAIS	21.10.2019	Augusto Silva Dias	Paulo Sousa Mendes	Sim.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Proposto	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
João Marcos de Castello Branco Fantinato (ALUNO Nº 55823)	06.10.2019	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	“A universidade medieval. História do ensino do direito, de Bolonha ao Estudo Geral de Portugal”	Prof. Doutor José Duarte Nogueira	Bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 25/07/1986, com a classificação final de 6,1 valores, o que corresponde a 12,2 (doze vírgula dois) na escala europeia. Mestrado Científico em Direito – Especialidade Ciências Histórico-Jurídicas pela FDUL , em 27/11/2017, com a classificação de 17 (dezassete) valores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DA TESE DE DOUTORAMENTO (2ª FASE) - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Proposto	Instituição, Média final de Licenciatura/ Mestrado e Data de Conclusão
Diogo Nuno Teixeira Tapada Faria dos Santos (ALUNO Nº 51804)	23.09.2019	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	"O Conceito de Cumprimento e o Direito a Cumprir - a tutela do interesse do devedor na relação obrigacional complexa"	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Licenciatura em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, em 16/07/2014, com a classificação final de 17 (dezassete) valores Mestrado em Direito pela Universidade de Oxford , em 16/07/2015, com a classificação de 50-69 valores numa escala de 0-100.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOC-22

Divisão Académica

-PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

DOUTORANDO	ESPECIALIDADE	DATA DO REQUERIMENTO	PRAZO DE ENTREGA DA TESE	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	CONCORDÂNCIA DO PROFESSOR ORIENTADOR
José Luís Dias Calhau Esquível Pereira N.º 19110	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	21/08/2019	12/11/2019	12/11/2020	Sim.
Elayne da Silva Ramos Cantuária N.º 3190014	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	04/04/2019	12/05/2019	01/07/2020	Não.
José Geraldo Alencar Filho N.º 25385	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	10/07/2019	01/07/2019	01/01/2020	Sim.
Helena Telino Neves N.º 12345725	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	10/07/2019	12/05/2019	12/11/2019	Sim.
Bruna Souza Paula N.º 25100	CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	02/08/2019	12/05/2019	12/11/2019	Sim.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORANDO	ESPECIALIDADE	DATA DO REQUERIMENTO	PRAZO DE ENTREGA DA TESE	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	CONCORDÂNCIA DO PROFESSOR ORIENTADOR
Nuno Miguel Gonçalves da Cruz N.º 21259	CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	13/02/2019	12/05/2019	12/11/2019	Não.
Cláudia Sofia Alves Trindade N.º 16165	CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	26/09/2019	12/05/2019	12/05/2020	Sim.
Alexandre Teixeira Neto Guerreiro N.º 13059	CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	03/04/2019	12/05/2019	12/11/2019	Sim.

Mapa de Provas de Mestrado

I

Ciências Jurídico-Civis

	Nome Completo	Área do Curso	Projeto de Investigação Científica	Orientador	Mesa de Júri/ Composição	Data/Hora
1	Acácio Miguel Pedro Ndombe	Jurídico-Civis	Responsabilidade Civil por ruínas ou obras	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor José Alves de Brito. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	4/11/2019 9h-10h
2	Francisco Angó Mambo Chincocolo	Jurídico-Civis	Responsabilidade PósContratual no Contrato de Agencia, no Contexto do Ordenamento Jurídico Angolano	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Francisco Mendes Correia. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	4/11/2019 10h30-11h30



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

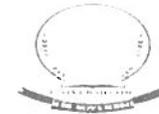


REPÚBLICA DE ANGOLA
UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE DIREITO

3	Manuel Domingos Dembi	Jurídico-Civis	Efeitos da Extinção do Vínculo no Contrato de Agência no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	4/11/2019 12h-13h
4	Maria Domingos Simba Nkele Félix	Jurídico-Civis	A Cessação e a Indemnização de Clientela nos Contratos de Concessão Comercial: Caso Angolano	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	4/11/2019 17h00-18h
5	José Paulo Congo	Jurídico-Civis	A Responsabilidade Civil pelo Dano Morte à Luz do Direito Angolano	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca 2.º Mestre J. Mampua André Secretário: Dr. Tomé Sábala	5/11/2019 9h-10h
6	Ilídio Saco Nunes	Jurídico-Civis	O Registo Imobiliário, Garantia da Segurança Jurídica na Relações Sociais	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	5/11/2019 10h30-11h30



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica



REPÚBLICA DE ANGOLA
UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE DIREITO

7	António Malonda Vaz da Veiga	Jurídico-Civis	Cláusula de Fixação de Responsabilidade: Cláusula Penal no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor José Alves de Brito. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	5/11/2019 14h-15h
---	---------------------------------	----------------	---	-------------------------------------	---	--

8	Marcos Evangelista Massungo	Jurídico-Civis	Responsabilidade Civil por Danos Resultantes da Distribuição da Energia Eléctrica – o C.aso Cabinda	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Francisco Mendes Correia. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	5/11/2019 17h00-18h00
9	Benedito José Mpila Gime Congo	Jurídico-Civis	Responsabilidade Obrigacional do Agente no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor José Alves de Brito. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	6/11/2019 9h-10h



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica



REPÚBLICA DE ANGOLA
UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE DIREITO

10	Policarpo Marcelo Sebastião	Jurídico-Civis	A Denúcia no Contrato de Agência no Ordenamento Jurídico Angolano e as Consequências resultantes da Falta de Pré-Aviso	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	6/11/2019 10h30-11h30
11	João Gabriel Luemba Nkonde	Jurídico-Civis	O Dano Biológico: seu Enquadramento no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Francisco Mendes Correia. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	6/11/2019 12h-13h
12	Domingos Nelson Manso Wilson	Jurídico-Civis	A Denúncia no Contrato de Agência no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor José Alves de Brito. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	6/11/2019 14h00-15h00
13	Bernardo Mananga Padi	Jurídico-Civis	Responsabilidade Civil do Estado e Outras Pessoas Colectivas Públicas à Luz do Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor José Alves de Brito. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	7/11/2019 9h-10h



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica



REPÚBLICA DE ANGOLA
UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE DIREITO

14	João Baptista Neto	Jurídico-Civis	Os Critérios de Apreciação da Culpa na Responsabilidade Civil a Luz do Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof Doutor Francisco Mendes Correia. (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	7/11/2019 10h30-11h30
15	Tomé Carlos Quinha	Jurídico-Civis	O Direito à Indemnização do Dano Futuro no Ordenamento Jurídico Angolano	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof Doutor Tiago Soares da Fonseca 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	7/11/2019 12h-13h
16	Sandra Fernando Mabiala Capita	Jurídico-Civis	Indeminização de Clientela no Contrato de Franquia em Angola	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof Doutor Francisco Mendes Correia 2.º Arguente: Prof. Doutor Barnabé Capita Secretário: Dr. Tomé Sabala	7/11/2019 17h-18h



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica



REPÚBLICA DE ANGOLA
UNIVERSIDADE 11 DE NOVIEMBRO
FACULDADE DE DIREITO

**Mapa de Provas de Mestrado
II
Ciências Jurídico-Políticas**

	Nome	Área do Curso	Projeto de Investigação Científica	Tutores	Mesa de Júri/ Composição	Data/Hora
17	Alberto Poba	Jurídico-Políticas	O Direito fundamental à habitação Versus estigma do Bairros sociais em Angola e os Problemas	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Jaime Valle (FDUL) 2.º Arguente: Prof.ª Doutora. Neli Fonseca Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	4/11/2019 14h-15h
18	Alberto de Brito Mendonça Semedo	Jurídico-Políticas	A probidade administrativa e a lei 3/2010 – Lei da Probidade Pública	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (FDUL) 2.º Arguente: Prof.ª Carlos Teixeira Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	4/11/2019 15h30-16h30
19	Jacinto Paulo Barros de Almeida	Jurídico-Políticas	O Princípio de Aproximação de Serviços às Populações / Realidade Angolana	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (FDUL) 2.º Arguente: Prof.ª Carlos Teixeira Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	5/11/2019 12h-13h
20	Mateus Baza Quando Panzo	Jurídico-Políticas	A separação de poderes no Direito Administrativo Angolano e a separação de poderes entre o presidente	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Jaime Valle (FDUL) 2.º Arguente: Prof.ª Doutora. Neli Fonseca	5/11/2019 15h30-16h30

					Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	
21	Lúcia Rosa Barros Fernando	Jurídico-Políticas	Reflexão sobre o princípio da imparcialidade nos órgãos de administração pública de Angola: estudo na província de Cabinda	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.ºArguente:Prof. ^a Doutora Ana Gouveia Martins (FDUL) 2.ºArguente: Prof. ^o . Carlos Teixeira Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	6/11/2019 15h30-16h30
22	Pedro Faustino Zau	Jurídico-Políticas	As autarquias locais no ordenamento jurídico angolano	Prof. Doutor Lourenço Vilhena Freitas	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.º Arguente: Prof. Doutor Jaime Valle (FDUL) 2.ºArguente: Prof. ^o . Carlos Teixeira Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	6/11/2019 17h-18h
23	Santos António de Araújo	Jurídico-Políticas	Avanços e recuos na fiscalização da constitucionalidade das leis em Angola	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.ºArguente: Vogal: Prof. Doutor Jaime Valle (FDUL) 2.ºArguente: Prof. ^a . Doutora. Neli Fonseca Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	7/11/2019 14h-15h
24	Carlos Henrique Sambo	Jurídico-Políticas	Os Problemas Ambientais em Cabinda e Os Mecanismos da sua Protecção.	Prof. ^a Doutora Carla Amado Gomes	Presid.: Prof. Doutor Jean Koumbou 1.ºArguente: Vogal: Prof. ^a Doutora Ana Gouveia Martins (FDUL) 2.º Arguente: Prof. Carlos Teixeira Secretário: Dr. Mateus Baieta Tiamo	7/11/2019 15h30-16h30



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

DOC-24

***CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E DIREITO DA
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA ÍNDIA E NA EUROPA***

**Kare College of Law, Margão, Goa
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
2020**

PROGRAMA

I – Problemas jurídicos da inteligência artificial e tecnologias da informação

Prof.^a Doutora Sofia Casimiro

17 de janeiro – (15:00-16:30)

II – A legislação europeia sobre a luta contra o tráfico de seres humanos

Prof. Doutor Fausto de Quadros

24 de janeiro – (15:00-16:30)

III – Direito das crianças

Prof. Doutor Daniel Morais

31 de janeiro – (15:00-16:30)

IV – Direito Internacional da Propriedade Privada

Prof. Doutor Dário Moura Vicente

7 de fevereiro – (15:00-16:30)

Note: Cada aula terá a duração de uma hora e meia.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

XIII CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
“DIPLOMA EM DIREITO CIVIL”

V. M. Salgãoocar College of Law, Panaji, Goa
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2020

PROGRAMA

I – O significado atual do Código Civil de 1867 em Goa

Prof. Doutor Elgar Noronha
13 a 16 de janeiro

II – Direito da Família em Goa

Prof.^a Doutora Sofia Casimiro
13 a 16 de janeiro - (12:30-13:30)

III – O Direito das crianças no Código Civil de 1867

Prof.^a Doutora. Ranjana Ferrão
20 a 23 de janeiro

IV – A União Europeia e as suas relações com a Índia

Prof. Doutor Fausto de Quadros
20 a 23 de janeiro (12:30-13:30)

V – Direito Público Comparado

Prof. Doutor Ramakrishna Prasad Mandava
27 a 30 de janeiro

VI– Direito das Sucessões em Goa

Prof. Doutor Daniel Morais
27 a 30 de janeiro (12:30-13:30)

VII – O Direito dos Contratos na Europa e na Índia: uma perspetiva comparada

Prof. Doutor Dário Moura Vicente
3 a 6 de fevereiro (12:30-13:30)

Nota: Cada módulo será composto por 4 palestras de 90 minutos. Total: 6 horas de palestras.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO

2019/2020

ATIVIDADES EM 2019/2020

I – ANGOLA

Em Benguela

- *I Curso de Mestrado em Direito dos Transportes* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Buíla (elaboração de teses)
- *I Curso de Mestrado em Direito Penal e Criminal* em colaboração com a mesma Faculdade – de março a novembro de 2020

–

Em Cabinda

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro (defesa de teses)
- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas* em colaboração com a mesma Faculdade (defesa de teses)

No Huambo

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Civis e Criminais)* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (elaboração de teses)
- *II Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais* em colaboração com a mesma Faculdade - (elaboração de teses)

No Lubango

- *III Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a mesma Faculdade (elaboração de teses)

Na Lunda-Norte

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Lueji A'Nkonde - de março a julho de 2020

II – CABO VERDE

Na Cidade da Praia

- *I Curso de Mestrado em Direito Privado e Processo Civil*, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (elaboração de teses)
- *Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas*, em colaboração com o mesmo Instituto (elaboração de relatórios)
- *Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos Públicos*, em colaboração com o mesmo Instituto (elaboração de relatórios)

III – CHINA

Em Macau

- Conferências na Universidade de Macau por Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - de fevereiro a dezembro 2020

IV - GUINÉ-BISSAU

Em Bissau

- Coordenação científica e apoio à organização administrativa da Faculdade de Direito de Bissau (de outubro de 2019 a setembro de 2020)
- Coordenação e lecionação de várias disciplinas dos cursos de licenciatura em Direito e Administração Pública da mesma Faculdade - de outubro de 2019 a setembro de 2020
- *Curso de Pós-Graduação em Direito Penal* em colaboração com a mesma Faculdade (elaboração de relatórios)
- *Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário* em colaboração com a mesma Faculdade (elaboração de relatórios)

V – ÍNDIA

Em Pangim (Goa)

- *XIII Curso de Pós-Graduação «Diploma in Civil Law»* em colaboração com o Salgaocar College of Law, de Pangim - de janeiro a fevereiro de 2019

Em Margão (Goa)

- *Curso de pós-graduação sobre Direitos Humanos e Direito da Sociedade da informação na Índia e na Europa»* em colaboração com o Kare College of Law, Margão, Goa - de janeiro a fevereiro de 2020

VI – MOÇAMBIQUE

Na Beira

- *II Curso de Mestrado em Direito Judiciário* em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da UniZambeze (elaboração de teses sob a orientação de professores da FDUL)
- *I Curso de Doutoramento* em colaboração com a mesma Faculdade - de março a dezembro de 2020

Em Maputo

- *IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (elaboração de teses sob a orientação de professores da FDUL)
- *III Curso de Doutoramento em Direito* em colaboração com a mesma Faculdade (elaboração de relatórios)
- *Curso de Pós-Graduação em Contratação Internacional*, em colaboração com a mesma Faculdade - de abril a dezembro de 2020
- *V Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas*, em colaboração com a mesma Faculdade - de março a setembro de 2020
- *Curso de curta duração em Direito do Petróleo e Gás* em colaboração com a mesma Faculdade Mondlane – de junho a julho
- *I e II Cursos de Doutoramento em Direito* (realização de provas)
- *Curso de Mestrado em Direito Judiciário*, em colaboração a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique - de março a novembro de 2020
- *Curso de Formação Avançada em Justiça Constitucional*, em colaboração com o Conselho Constitucional de Moçambique - de março a junho de 2020

Em Inhambane

- *Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (Direito Civil)* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo e a Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica de Moçambique, Inhambane (elaboração de teses)

VII – TIMOR-LESTE

Em Díli

- *II Curso de Mestrado em Direito* em colaboração com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e - (elaboração de teses sob a orientação de professores da FDUL)

VIII – PORTUGAL

Em Lisboa

- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para candidatos aos graus de Mestre e Doutor em Direito oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique - de janeiro a dezembro de 2020

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Missão estatutária

O Instituto de Cooperação Jurídica é o serviço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que «centraliza e desenvolve as atividades de cooperação da Faculdade com quaisquer instituições internacionais e de outros países e comunidades» (art.º 68.º dos Estatutos da Faculdade).

Presidente

Prof. Doutor Dário Moura Vicente

Vice-Presidentes

Prof. Doutor Luis Morais

Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos

Prof. Doutor Jaime Valle

Prof.^a. Doutora Margarida Seixas

Prof.^a. Doutora Catarina Salgado

Secretária

Lic.^a Ana Caras-Altas

Protocolos de cooperação celebrados

1. Faculdade de Direito de Bissau, Guiné-Bissau (2006)
2. Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique (2006)
3. Columbus School of Law, The Catholic University of America, Washington D.C., EUA (2008)
4. Faculdade de Direito da Zhongnan University of Economics and Law, China (2009)
5. Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (2009)
6. Ministério da Justiça de São Tomé e Príncipe (2009)
7. Faculdade de Direito da Universidade do Zambeze, Beira, Moçambique (2009)
8. Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe (2009)
9. Universidade Óscar Ribas, Luanda, Angola (2009)
10. Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, Angola (2010)
11. Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, Huambo, Angola (2010)
12. Faculdade de Direito da Universidade 11 de Novembro, Cabinda, Angola (2010)
13. Assembleia Nacional de Cabo Verde (2010)
14. China University of Political Science and Law, Beijing, China (2010)
15. Instituto de Formação Avançada de Executivos, Luanda, Angola (2011)
16. Faculdade de Direito da Universidade de Pretória, África do Sul (2011)
17. Faculty of Law of the University of Cape Town, África do Sul (2011)
18. Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Buila, Benguela, Angola (2011)
19. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (2012)
20. Universidade do Mindelo, Cabo Verde (2012)
21. Faculdade de Direito da Universidade de Macau, China (2012)
22. Raffles University School of Law, Rajastão, Índia (2013)
23. Salgãoocar College of Law, Goa, Índia (2013)
24. Indian Society of International Law, Nova Deli, Índia (2014)
25. Secretaria de Estado do Conselho de Ministros de Timor-Leste (2015)
26. Presidência do Conselho de Ministros de Cabo Verde (2015)
27. Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola (2015)
28. Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste (2015)
29. Universidade Técnica de Angola, Luanda, Angola (2017)
30. Universidade Pedagógica de Moçambique, Maputo, Moçambique (2017)
31. Govind Ramnath Kare College of Law, Margao, Goa (2018)
32. Faculdade de Direito da Universidade Lueji A'Nkonde, Dundo, Lunda Norte, Angola (2018)
33. Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (2018)
34. Tribunal Supremo de Moçambique (2019)
35. Universidade Aquila, Moçambique (2019)
36. Universidade Save, Moçambique (2019)

Entidades que patrocinaram as atividades do Instituto

- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

- Fundação Calouste Gulbenkian.

- Fundação Millennium.

OBRAS EDITADAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO

COLEÇÃO ESTUDOS DE DIREITO AFRICANO

Coordenadores

Prof. Doutor Manuel Januário Costa Gomes (2004-2014)

Prof. Doutor Jaime Valle (desde 2014)

1. *Do contrato de depósito bancário* - José Ibraímo Abudo (Almedina, 2004)
2. *A repartição dos recursos entre o Estado e as Autarquias Locais no Ordenamento Jurídico Guineense* – Eugénio Moreira (Almedina, 2005)
3. *Direito Público Guineense* - Filipe Falcão Oliveira (Almedina, 2005)
4. *Direitos Reais de Moçambique* - Rui Pinto (Almedina, 2006)
5. *A rescisão unilateral do contrato de trabalho com justa causa no ordenamento jurídico moçambicano* – Tomás Timbane (Almedina, 2006)
6. *A transmissão da Empresa ou do estabelecimento à luz da Lei do Trabalho moçambicana* - Duarte Casimiro (Almedina, 2006)
7. *A aplicação da lei do trabalho nas relações de emprego público* - Paulo Comoane (Almedina, 2007)
8. *Estado de Direito - O Paradigma Zero: Entre Lipoaspiração e Dispensabilidade* - Emílio Kafft Kosta (Almedina, 2007)
9. *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo* - Ana Comoane (Almedina, 2007)
10. *A amnistia na Guiné-Bissau - Um olhar lusófono* - João Pedro Campos Henriques (Almedina, 2008)
11. *Direito do Contencioso Administrativo Angolano* - Cremildo Paca (Almedina, 2008)
12. *As garantias das obrigações nos Direitos guineense e da OHADA* - Cláudia Madaleno (Almedina, 2009)
13. *Concessão de crédito e responsabilidade bancária no Direito moçambicano* – Augusto Paulino (Almedina, 2009)
14. *Direito Processual Penal de Cabo Verde: sumários do curso de pós-graduação sobre «O novo processo penal de Cabo Verde»* - Augusto Silva Dias/Jorge Carlos Fonseca, coords. (Almedina, 2009)
15. *Autorizações Legislativas e Controlo Parlamentar do Decreto-Lei Autorizado. O Caso Angolano* – Adão de Almeida (Almedina, 2009)
16. *O Consumidor no Direito Angolano* - Raúl Rodrigues (Almedina, 2009)
17. *A Tutela dos Direitos dos Sócios em sede de Fusão, Cisão e Transformação das Sociedades* - Domingos André Baxe (Almedina, 2009)
18. *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção. As Particularidades do Sistema Africano* - Marcolino Moco (Almedina, 2009)
19. *Invenção e Construção da Guiné-Bissau* - António E. Duarte Silva (Almedina, 2010)
20. *A responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais em Moçambique* - Stayleir Marroquim (2011)
21. *Direito Comercial Africano (OHADA)* – Salvatore Mancuso (Almedina, 2012)
22. *Direitos Reais de Moçambique* - Rui Pinto (2ª Edição, Almedina, 2012)
23. *Direito dos Petróleos: Uma Perspectiva Lusófona* - Dário Moura Vicente, Coord. (Almedina, 2013)
24. *O controlo jurisdicional da Administração Pública na Guiné-Bissau* - João Biagué (Almedina, 2013)
25. *A precedência obrigatória no contencioso administrativo angolano* - João Damião (Almedina, 2014)
26. *Os negócios entre a sociedade e os sócios no Direito da OHADA* – Samora Sampa (2014)
27. *Direito dos Petróleos: Uma Perspectiva Lusófona, 2.ª edição revista e aumentada* - Dário Moura Vicente, Coord. (Almedina, 2015)
28. *Segurança social guineense* - Eugénio Moreira (Almedina 2015)
29. *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano* - Lino Diamvutu (Almedina, 2016)
30. *O Sistema de fiscalização da constitucionalidade em Cabo Verde* - Simão Santos (Almedina, 2017)
31. *Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional – Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária na África Ocidental* - de João Mendes Pereira (Almedina, 2017).

32. *A Tributação do Investimento Estrangeiro na Guiné-Bissau* - Gabriel Ambrósio Umabano (Almedina, 2017).
33. *A Tutela dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros no Direito Moçambicano* - Augusto Paulino (Almedina, 2017).
34. *O Direito Fundiário de Angola* - Raul Rodrigues, Almedina (2019)
35. *O Sigilo Bancário no Direito Guineense*- Januário Correia (no prelo)

OUTRAS OBRAS SOBRE DIREITO AFRICANO

1. *A pesca na Guiné-Bissau: Retrato fiel da Convenção de Montego Bay?* - A. Dywyná Djabulá (Bissau, 2010)
2. *Estudos Comemorativos dos Vinte Anos da Faculdade de Direito de Bissau*, Volumes I e II (Lisboa e Bissau, 2010)
3. *OHADA – Tratado, Regulamentos e Actos Uniformes*, 2.^a edição – Dário Moura Vicente, coord. (Almedina, 2019)

ATAS DAS CONFERÊNCIAS SOBRE DIREITO PORTUGUÊS E NORTE-AMERICANO

Coordenadores

Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Prof. Doutor Marshall J. Breger

1. *Direito Comparado. Perspectivas Luso-Americanas/Comparative Law. Portuguese-American Perspectives*, vol. I (Almedina, 2006)
2. *European Union Issues from a Portuguese Perspective* (Catholic University of America, 2007)
3. *Direito Comparado. Perspectivas Luso-Americanas/Comparative Law. Portuguese-American Perspectives*, vol. II (Almedina, 2010)
4. *Direito Comparado. Perspectivas Luso-Americanas/Comparative Law. Portuguese-American Perspectives*, vol. III (Almedina, 2016)

A BIBLIOTECA DIGITAL IUS COMMUNE

Estudos disponíveis em
<http://www.fd.ulisboa.pt/investigacao/biblioteca-digital-ius-commune/>

ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS SOBRE AS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2019

Alunos que beneficiaram no estrangeiro da leção por docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou por docentes por estes coordenados, no âmbito da Cooperação Jurídica, em 2019:

– Cursos de Licenciatura	280 alunos
– Cursos de Mestrado	489 alunos
– Cursos de Pós-Graduação	197 alunos
– Cursos de Doutoramento	27 alunos
– Outros Cursos	28 alunos
– TOTAL	<u>1021 alunos</u>

Atividades	<i>Angola</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>Guiné Bissau</i>	<i>Índia</i>	<i>Moçambique</i>	<i>Timor</i>	TOTAL
Doutoramento	2				25		27
Mestrado	161	115			208	5	489
Pós-Graduação			70	79	48		197
Licenciatura				280			280
Outras					28		28
TOTAL	163	115	70	359	309	5	<u>1021</u>

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA- ESPECIALIDADE DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paula Maria de Sousa da Costa Coelho e Silva n.º 45978 20124 13/08/2019	“O Crime de Tráfico de Pessoas em Portugal - Algumas reflexões sobre a sua aplicação prática.”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde (Arg.)
Sofia Ferreira Marques de Paiva n.º 49052 23429 04/07/2019	“A colaboração premiada em Portugal: Da Possibilidade à (Des)Necessidade”	Prof(a). Doutor(a) Helena Costa Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres. / Arg.) Prof. Doutora Helena Costa Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Soraia Filipa Coelho Batista n.º 47769 22082 02/07/2019	“O estranho caso entre a reincidência e as contraordenações”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutora Helena Costa Morão (Pres.) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito (Arg.)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Jorge Alexandre Pinho Pombeiro Soares Albergaria n.º 56533 29577 05/07/2019	“A corrupção no comércio internacional - a tutela jurídica do direito à boa governação dos povos: o artigo 7.º da Lei 20/2008, de 21.04”	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito Prof. Doutor Emílio Kafft Kosta (Arg.)
Nuno Alexandre Craveiro Cabral n.º 43955 17942 04/07/2019	“A problemática do concurso de normas no âmbito da Criminalidade Informática – A Falsidade Informática, art.º 3.º da Lei 109/2009 de 15 de Setembro e os arts.º 267.º e 262.º do Código Penal.”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira (Arg.)
Daniel José Afonso Gomes n.º 40294 14233 05/06/2019	“O Controlo da Ação do Agente Encoberto à Luz do Ordenamento Jurídico Português”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres. / Arg.) Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor João Marques Martins

*Apresento o relatório de
Candidato
14/2/20*



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA- ESPECIALIDADE DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Yulia Demyanchuk n.º 47907 29584 16/08/2019	“As competências da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica na prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Miguel Sousa Ferro (Arg.) Representante da ASAE (sem direito de voto)

*Homologado
Paula Inês Ferreira Leite
17.2.2020*



Agência de Registo de
Comunicação de 12/2/20

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
David Alexandre Ribeirinho Alves n.º 48126 22444 10/07/2019	"O acesso transfronteiriço a prova digital em processo penal"	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutora Ana Soares Pinto (Arg.) Prof. Doutor Rui Soares Pereira

Homologado
Paula Soares
18.2.2020



Apresenta-se em nome de
Comunidade
12/2/20

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA - ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
João Henrique Marques Santos Rabaça Ribeiro n.º 49149 23548 14/06/2019	“A Corrupção Desportiva: dos pressupostos juridico-filosóficos à realidade normativa”	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof.ª Doutora Helena Morão Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (Arg.) Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Felismina Solange Gomes n.º 56294 29355 07/06/2019	“A admissibilidade de métodos ocultos de investigação criminal em processo penal: Intromissões nas telecomunicações ou comunicações electrónicas (breve contributo para sua reflexão)”	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof.ª Doutora Helena Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor Rui Tavares Lanceiro (Arg.)

Homologado
Paulo de Sousa Mendes
18.2.2020



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

André Carlos Mendes n.º 56401 29243 07/06/2019	“Fatos Puníveis Praticados Pelo Agente Infiltrado: Soluções dos Ordenamentos Jurídicos Português e Brasileiro”	Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres.) Prof. Doutor Guilherme Dray (Arg.) Prof.ª Doutora Inês Ferreira Leite Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Raphaëla José de Souza n.º 56316 29121 14/06/2019	“Colaboração Premiada”	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes (Pres. / Arg.) Prof.ª Doutora Helena Morão Prof. Doutor Rui Soares Pereira Prof. Doutor Filipe Arede Nunes